



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 010.3.54.N**

**DATA: 07/05/13**

**TURNO: Vespertino**

**TIPO DA SESSÃO: Solene - CN**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 12h07min**

**TÉRMINO: 13h25min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**



[CD1][CD2] **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Declaro aberta a sessão do Congresso Nacional destinada a comemorar os 190 anos do Parlamento brasileiro.

Contamos, na composição da Mesa, com as honrosas presenças do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, e da Sra. Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Deputado Alessandro Molon, autor do requerimento de realização desta sessão de homenagem aos 190 anos do Parlamento nacional.

Convido também para compor a Mesa a Sra. Jeanine Pires, Secretária-Executiva do Ministério da Cultura, representando nesta oportunidade a Sra. Ministra Marta Suplicy.

Convido ainda para compor a Mesa o Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social. É sempre uma honra tê-lo aqui no Senado Federal.[CD3]

[CD4] Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

*(É executado o Hino Nacional. Palmas.)*[CD5]



O<sup>[CD6]</sup> **SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** (Henrique Eduardo Alves. PMDB-RN) - Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Deputado Federal Alessandro Molon, que apresentou sugestão da sessão que se realiza — parabéns a V.Exa. pelo gesto; Exma. Sra. Eliana Calmon, representando neste ato o Superior Tribunal de Justiça — a sua presença, pela sua história, muito nos honra nesta Casa também; Exma. Sra. Jeanine Pires, representando neste ato a Ministra de Estado da Cultura, Sra. Marta Suplicy; Exmo. Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social — só para os senhores registrarem como os Alves e o PMDB do meu Estado prezam o Parlamento, estamos aqui eu e Garibaldi, como um adendo, desde 1970. Então justifico aqui que, dos dois representantes que temos na nossa família e no nosso PMDB, os dois estão presentes aqui neste ato que homenageia a história do Parlamento brasileiro —; minhas<sup>[CD7]</sup> senhoras e meus senhores, Sras. e Srs. Senadores, no dia 3 de maio de 1823, instalava-se pela primeira vez em nosso País o Poder Legislativo, com o início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil. Nesses 190 anos de existência, o Parlamento nacional mudou a sociedade e foi mudado por ela. Tendo como armas exclusivamente a palavra, a oratória, o debate de ideias, resistiu bravamente ao regime de exceção. E, mesmo quando fechado e amordaçado, continuou a existir como aspiração maior de uma sociedade que sempre teve na democracia o seu mais caro valor.

O Parlamento é pilar essencial da democracia, não somente porque cumpre o papel de ouvir a população e propor leis afinadas com os anseios dos diversos



setores da sociedade. Ele é base da democracia também por exercer a importantíssima função de fiscalizar a ação do Executivo, sobretudo em termos orçamentários, financeiros e tributários — essa, aliás, é a origem histórica do Parlamento no mundo ocidental —, e tem se desempenhado com muita competência o nosso Parlamento desde o seu surgimento.

Como não poderia deixar de ser, os períodos alternados da ditadura e democracia que marcaram a nossa história republicana refletiram-se diretamente no funcionamento do Legislativo nacional. Aos sombrios períodos autoritários sucederam-se momentos de euforia cívica, em que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ocuparam lugar privilegiado na vida da sociedade brasileira.

Ao longo da sua história, o Parlamento brasileiro foi por várias vezes transformado em Assembleia Nacional Constituinte para redigir uma nova Constituição para o País, e a cada nova Constituição ampliaram-se os direitos assegurados aos cidadãos brasileiros.

A Constituição de 1891, que consagrou a Federação, substituiu a figura do Imperador por um Presidente eleito diretamente a cada 4 anos, mas o voto era universal apenas para os homens alfabetizados e maiores de 21 anos. O Parlamento passou então a ser chamado de Congresso Nacional, com Senadores eleitos para mandato de 9 anos e Deputados escolhidos a cada 3 anos.

Entre os avanços consagrados pela Constituição seguinte, de 1934, estão a conquista, pelas mulheres, do direito de votar e de serem votadas e também uma série de direitos trabalhistas, como o reconhecimento dos sindicatos, o salário mínimo, as férias e a fixação de uma jornada máxima de trabalho. Esta<sup>[CD8]</sup> foi, no entanto, a Carta de menor duração. Três anos depois da sua promulgação, Getúlio



---

Vargas outorgou a Constituição ditatorial do Estado Novo e cancelou as eleições presidenciais previstas para 1938.

No dia 10 de novembro de 1937, os Parlamentares encontram o edifício do Congresso cercado por tropas militares. Naquela noite, Getúlio Vargas anunciou pelo rádio que o País tinha uma nova Constituição. O Parlamento Nacional ficaria fechado pelo período maior de sua história, até 1945, quando Vargas convocou eleições diretas para o Executivo e o Legislativo em todo o País.

Com a deposição de Vargas e a instalação da Constituinte de 1946, iniciou-se um período de grande entusiasmo democrático, que, infelizmente, durou pouco. No ano seguinte, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro, que tinha uma bancada de 15 Deputados e um Senador no Congresso Nacional. Em 1948 os mandatos desses Parlamentares foram cassados.

Entre 1946 e 1964, houve grandes crises, mas as soluções para todas essas turbulências institucionais saíram sempre de dentro do Parlamento. O suicídio de Vargas, a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek por parte de certos grupos políticos, a renúncia de Jânio Quadros, a contestação e a posse do Vice, constitucionalmente eleito, João Goulart, todas essas crises tiveram solução política, e não armada, graças à atuação do Congresso Nacional.

Mas pouco depois do início do Governo de Jango houve o golpe de 31 de março de 1964, que foi o mais longo regime militar da nossa história. Foram 21 anos de autoritarismo, censura e tortura, período no qual 173 Deputados e 8 Senadores foram expulsos do Parlamento. Em 2012, a Câmara dos Deputados restituiu simbolicamente o mandato a todos eles.



Em 1966, o primeiro Presidente militar, Marechal Castello Branco, determinou, ou permitiu, a invasão do Congresso na madrugada de 20 de outubro. O Parlamento ficou ocupado pelas Forças Armadas durante 1 mês inteiro. Em dezembro de 1966, o regime militar enviou um projeto de Constituição para o Congresso discutir, votar e promulgar em apenas 43 dias, sob pena de valer o texto produzido pelo regime por decurso de prazo. O Congresso conseguiu cumprir o prazo, mas para isso o seu Presidente, Auro Moura Andrade, mandou parar o relógio do plenário, para que o projeto fosse aprovado a tempo. Ainda assim, o Congresso seria fechado novamente por duas ocasiões, em 1968 e 1977.

Graças à corajosa atuação dos nossos Parlamentares nesses difíceis anos de cerceamento da liberdade, respaldada pela extraordinária mobilização da sociedade, conseguimos reconstruir a democracia em nosso País, regime que felizmente é cada vez mais firme e inabalável.

Podemos afirmar que, seguramente, nunca vivemos um período de democracia tão pleno quanto agora, e o ambiente do Parlamento é o melhor espelho disso. Basta uma rápida passagem pelos corredores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para sentir-se que o Congresso Nacional tornou-se realmente — como deveria ser, é e continuará a ser — a Casa do povo brasileiro.

Em 2001, a Câmara dos Deputados criou a Comissão de Legislação Participativa, que recebe sugestões legislativas da sociedade civil, como propostas de leis complementares e ordinárias. Por meio desse mecanismo, a população sugeriu o projeto da Lei da Ficha Limpa, que chegou à Comissão com mais de 1,3 milhão de assinaturas, até ser sancionado, em 2010, pelo Presidente da República.



É com um sentimento, portanto, meus senhores e minhas senhoras, de profunda alegria que constatamos que o Parlamento nacional completa 190 anos de existência tão atuante, reconhecido e valorizado pela sociedade brasileira. Mas não perdemos de vista que, para continuar a exercer plenamente o papel de esteio da democracia, precisamos estar em processo de contínuo aperfeiçoamento e evolução, incorporando novas tecnologias ao processo legiferante, pautando nossos temas pelas reais demandas da sociedade, abrindo as portas à efetiva participação da população. Afinal, a excelência da atuação do Parlamento e o fortalecimento da democracia por ela assegurado são o maior legado que poderemos deixar às futuras gerações de brasileiros.

Essa é a palavra da Câmara dos Deputados, Senador Renan Calheiros, nos 190 anos do nosso Parlamento.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras aqui presentes. (*Palmas.*)<sup>[CD10]</sup>



[CD11] **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Exmo. Deputado Alessandro Molon, que apresentou o requerimento para que nós realizássemos hoje, aqui no Congresso Nacional, esta sessão histórica; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves Filho; Exma. Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon, representando neste ato o Superior Tribunal de Justiça; Exma. Ministra Interina da Cultura, Jeanine Pires, representando neste ato a Ministra de Estado da Cultura, a Exma. Senadora Marta Suplicy.

Eu [CD12] aproveito a oportunidade para saudar o Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica, Exmo. Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita. Muito obrigado pela sua presença.

Cumprimento também o Assessor Parlamentar da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sr. Artur Antônio dos Santos Araújo; a Diretora-Geral do Senado Federal, Sra. Doris Marize Romariz Peixoto; o Diretor da Secretaria de Transparência do Senado Federal; o Exmo. Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza; as senhoras e os senhores convidados; os Senadores Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti e os Deputados Bonifácio de Andrada, Paes Landim, Roberto Freire e Vieira da Cunha.

O Parlamento brasileiro, que completa, neste mês de maio, 190 anos de existência, foi criado 8 meses após a Independência do Brasil. A sessão solene de instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império foi realizada no dia 3 de maio de 1823. Em todo o período imperial, o trabalho de elaboração legislativa no Parlamento foi incessante, como demonstram a elaboração dos



Códigos Penal e de Processo Penal, o Estatuto da Terra, o Código Comercial e o regime tributário, entre outros.

De lá para cá, o Congresso Nacional percorreu uma longa trajetória de batalhas, algumas derrotas e muitas conquistas, que simbolizam a própria luta dos cidadãos brasileiros pela democracia. Na passagem do Império para a República, a Constituinte de 1891 iniciou mudanças importantes no País, notadamente na questão eleitoral.

Em 1945-1946, o Parlamento apareceu como ambiente para construção do novo pacto nacional pela restauração do regime democrático.

Já experimentamos várias formas de governo, diversas Constituições, muitos sistemas eleitorais, para chegar, agora em 2013, a um Estado Democrático de Direito.

[CD13] Todas as instituições em pleno funcionamento e com um Congresso Nacional onde as mais divergentes posições políticas são respeitadas, ideias são debatidas e acordos, em prol da população brasileira, ajustados.

Entretanto, e infelizmente, nem sempre tudo isso foi possível. Ainda temos gravado na memória terríveis episódios nos quais o Parlamento brasileiro se calou. Foram anos de chumbo em que o Congresso Nacional foi amordaçado e até fechado. Mas 1967, 1968 e 1977 já estão amarelando nas páginas da nossa história. Falemos, pois, da importância do Parlamento para a justiça social, para a cidadania e para a democracia.

Aliás, nada mais simbólico na normalidade democrática de uma nação do que um Parlamento funcionando com liberdade e onde todos os partidos



representativos dos mais diversos segmentos da sociedade têm voz ativa, tal como ocorre hoje no Congresso Nacional.

Coube ao filósofo Montesquieu definir, na obra *O Espírito das Leis*, a separação dos Poderes de Governo em Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um com sua função, que se complementam e fiscalizam um ao outro, evitando abusos e arbitrariedades. É o que comumente chamamos de sistema de freios e contrapesos.

É esse sistema o adotado na maioria absoluta das nações democráticas do mundo, entre as quais o nosso País. É preciso que este conceito, irretocável, esteja presente nas mentes de todos os dirigentes públicos. O Senado Federal, com todos os recursos existentes na democracia, irá zelar por suas funções constitucionais e sempre resistirá à tentação de se imiscuir em competências alheias.

O Congresso Nacional tem se esforçado para corresponder aos anseios da população brasileira e para se manter como uma cidadela em defesa da soberania nacional, da cidadania e da democracia.

Expressão máxima deste empenho veio com a Constituição Cidadã, que este ano completa 25 anos de existência. Com ela reinsertamos direitos coletivos e individuais, reconquistamos prerrogativas, restabelecemos a liberdade e consumamos a transição democrática.

[CD14]Aqui exercemos um trabalho diuturno, nem sempre visível ou bem compreendido. A nossa responsabilidade é grande, e as nossas atividades, múltiplas. Além dos trabalhos no plenário, o mandato exige a participação em Comissões, audiência pública, nos Estados, frentes parlamentares, a fim de elaborar projetos de lei, propostas de emenda constitucional, votações do orçamento, além de fiscalizar a aplicação do dinheiro público. A supressão do direito de exercermos



tais funções constitui uma grave ameaça à democracia e é sempre um dos primeiros atos dos regimes autoritários.

Na nossa memória ainda ecoam vários desses tristes episódios. Entre os mais dolorosos, além dos anos de fechamento total do Parlamento, durante a ditadura que imperou no País de 1937 a 45, temos ainda a lembrança dos Atos Institucionais de 1966, quando o regime militar fechou o Congresso, cassou mandatos parlamentares, censurou os meios de comunicação e eliminou partidos políticos. São experiências pelas quais já passamos e que nunca mais, acredito, teremos que enfrentar.

Que essa breve lembrança sobre as vicissitudes do nosso Congresso Nacional sirva para refletirmos sobre a sua importância para a vida do País, para ressaltarmos quão nobre é a sua missão e para, enfim, parabenizar todos os que dele fazem parte e ainda reverenciar aqueles que aqui não mais estão, mas que por aqui passaram, dedicando os melhores anos de sua vida à lide política, enfrentando o casuísmo e o arbítrio, a fim de preservar a democracia por meio do diálogo, por meio do consenso.

Apesar de imperfeições que estamos corrigindo de maneira permanente — e tenho dito isso. Hoje mesmo, com o Presidente da Câmara dos Deputados, tivemos a oportunidade de repetir esses nossos compromissos —, sem o pleno funcionamento do Congresso Nacional haveria muito mais injustiça social.

[CD15]O Congresso sempre refletiu o clamor pela justiça como fez, por exemplo, recentemente, com a aprovação da lei que igualou os direitos trabalhistas para os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, corrigindo uma injustiça secular.



Por isso, congratulo-me, neste dia, pela instituição do Congresso Nacional brasileiro, a quem todos os cidadãos devem valorizar como a mais legítima Casa do povo desta Nação, pela pluralidade de seus representantes escolhidos e eleitos pela população brasileira direta e livremente. Por isso, aqui estamos e, para honrar os nossos mandatos, trabalhamos pelo bem de todos.

Aproveito o ensejo para anunciar que, a partir de hoje, o Senado Federal está disponibilizando um aplicativo para celulares e *tablets*, contendo os mais importantes discursos históricos do Congresso Nacional.

Inicialmente serão disponibilizados 40 pronunciamentos, a partir da seleção feita em 1998 e divulgada sob o título *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*. Basta procurar, nas lojas virtuais, por *Discursos Históricos*, para poder baixar e instalar gratuitamente o programa ou o livro digital, se os senhores e as senhoras preferirem.

Estamos prontos e ávidos a colaborar ativamente para a superação dos grandes problemas nacionais.

Este Congresso, por mais dificuldade que enfrente, nunca faltou e nunca faltará à Nação brasileira.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*) [CD16]



[CD17] **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Exma. Sra. Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Ministra Eliana Calmon; Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; Exma. Ministra Interina da Cultura, Jeanine Pires; Exmas. Sras. e Srs. Senadores, Deputadas e Deputados, a intenção do requerimento, de minha autoria, para a comemoração desta data era exatamente para que pudéssemos comemorar esses 190 anos.

E[CD18] a palavra “comemorar” significa fazer memória juntos. Comemorar juntos, nos lembrarmos da história e dos momentos mais marcantes do Parlamento brasileiro e, assim, de alguma maneira, procurar pensar os caminhos para os próximos anos do nosso Parlamento.

Eu queria aproveitar a oportunidade para cumprimentar os Presidentes do Senado e da Câmara pelas edições feitas tanto do *Jornal da Câmara* e da *Turma do Plenarinho*, da Câmara dos Deputados, quanto do *Jornal do Senado*, e por essa edição, feita pelo Senado, dos Regimentos da Assembleia Geral Constituinte Legislativa — Regimento do Senado, de 1826, da Câmara, de 1832, e da Assembleia Geral —, fundamentais para o estudo inclusive do Processo Legislativo brasileiro ao longo de nossa história.

Nesses 190 anos, nós comemoramos a instalação da Assembleia Constituinte em 1823, no dia 03 de maio e, portanto, a primeira experiência de representação política da nossa história, aos olhos da época, legítima, para os parâmetros que



então se tinha de quem deveria ser representado, de quem deveria escolher representantes. E, de lá para cá, é preciso reconhecer o quanto o Parlamento brasileiro avançou na democratização dessa representação, numa representação, primeiramente muito limitada, como foi dito pelo Presidente da Câmara e, em seguida, pelo Presidente do Senado. Representação essa que, por seu caráter proporcional e federativo, garante a possibilidade de que 100% dos brasileiros se façam representar nas linhas ideológicas, inclusive minoritárias — representação das minorias garantida no Parlamento —, fato esse que deve ser remarcado e celebrado neste momento.

Não há, Srs. Presidentes, Srs. Ministros, nenhum Poder tão plural e tão aberto quanto o Poder Legislativo. Com todos os problemas e defeitos que temos, não há nenhum Poder tão aberto e tão plural quanto o nosso. Aliás, quando nós temos oportunidade de receber conhecidos e amigos no Parlamento, o que chama a atenção das pessoas que vão pela primeira vez ao Parlamento é o fato de se tratar de um Poder acessível, de um Poder aberto, de cujas reuniões se pode participar com a maior a facilidade. Muitos<sup>[CD19]</sup> até se surpreendem com a facilidade do acesso aos Parlamentares. Isso é bom, isso deve ser reforçado.

É o momento também de pensar nos desafios que temos para que essa pluralidade da sociedade brasileira possa ser cada vez melhor representada, e daí o desafio dos temas da reforma política. Se conseguirmos aperfeiçoar o nosso sistema eleitoral, é possível que cada vez mais a sociedade brasileira seja melhor representada nas nossas Casas.

É o momento de comemorar, como fizeram os dois Presidentes, os anos em que o Parlamento resistiu ao arbítrio, ao pensamento único, ao obscurantismo, à



tortura e à repressão, perdendo, inclusive, membros seus, mas resistindo bravamente à ditadura e sendo uma das principais referências do nosso País na luta contra o totalitarismo.

É, portanto, o momento de comemorar também a resistência ao pensamento único e à repressão, resistência essa feita por esta Casa, por este Congresso, pela Câmara e pelo Senado.

Este ano, Srs. Presidentes, é também o ano de se comemorar os 25 anos da Constituição Cidadã, nas palavras do grande e memorável Ulysses Guimarães. Li, há pouco, o preâmbulo da Constituição, que será devidamente comemorada no próximo 5 de outubro, quando os Constituintes escreveram e fizeram aprovar um texto que começa com um preâmbulo magistral:

*“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”.*

E, depois, o também memorável parágrafo único, do art. 1º:



---

*“Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.*

A[CD20] história do Parlamento brasileiro, a história do Parlamento no mundo, é a história da conquista, da transferência da soberania de um rei para o povo. E isso se deu através do Parlamento. Pela resistência do Parlamento, nos séculos da Baixa Idade Média, e pelas revoluções populares na Europa, deu-se a transferência desse conceito para a soberania popular — o povo como o grande soberano representado no Parlamento.

Portanto, é ano de celebrar tudo isso. E, ao celebrar, Srs. Presidentes, o aniversário de 190 anos do Parlamento e de 25 anos, em breve, da Constituição Cidadã, é hora também de lembrar aquele momento que talvez tenha sido o de maior encontro do Parlamento com o povo: o da Assembleia Nacional Constituinte, quando, nas audiências públicas, na mais ampla manifestação da população diretamente aqui no Parlamento, nas emendas populares, a Casa se abriu de maneira inesquecível à participação popular. Eu cito esse momento como um olhar para o futuro também. Esse, a meu ver, é o caminho do fortalecimento do nosso Poder. Quanto mais próximos do povo e mais abertos conseguirmos estar, mais dignos representantes, mais fortes representantes, mais legítimos representantes seremos desse povo. Essa, a meu ver, é a via mais segura para o fortalecimento do nosso Poder, inclusive frente aos demais Poderes, tema esse que vem sendo debatido ultimamente.



Portanto, a meu ver, a maneira mais eficaz de reagir a qualquer ativismo de outro Poder é o ativismo parlamentar, é o Parlamento afirmar, pela sua ação e pela sua proximidade com os representados, a sua força.

[CD21]É impensável, Srs. Presidentes, o País que todos queremos sem o Parlamento livre e independente. Esta é a Casa da democracia, da soberania popular e do povo brasileiro.

Termino, Srs. Presidentes e Srs. Ministros presentes, dizendo que talvez o nosso desafio neste ano de comemoração dos 190 anos do Parlamento e de 25 anos da Constituição seja pensar os próximos 10 anos, pensar os próximos 9 anos, para o bicentenário da nossa Independência. Ou seja, de que maneira o Parlamento pode contribuir para que, em 2022, ao celebrarmos 200 anos de Independência, possamos celebrar o País que nós queremos? Qual é a melhor contribuição que o Parlamento pode dar para isso?

Também, de que maneira, nos próximos 10 anos, podemos trabalhar para fortalecer o Poder Legislativo, o mais plural, o mais aberto e o mais democrático dos Poderes, para que o Brasil se sinta melhor representado nesta Casa, ainda melhor representando quando comemorarmos 200 anos de Parlamento brasileiro?

Acho que esse é o nosso grande desafio, essa é a nossa próxima tarefa, por isso, vamos a ela!

Cumprimento os Presidentes pela decisão de fazer desta sessão uma Sessão Solene do Congresso. Eu apenas fiz o requerimento, mas a decisão de que fosse do Congresso foi de V.Exas. Isso é importante para, ao olharmos para trás, pensar os desafios que temos pela frente.



Parabéns ao Parlamento brasileiro! E vamos superar os desafios para torná-lo  
cada vez mais forte.

Parabéns a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)<sup>[CD22]</sup>**[CD23]**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB-RR. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Ministro Garibaldi; Sra. Ministra Interina da Cultura; Deputado Alessandro Molon, autor do requerimento para esta sessão; demais autoridades presentes; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores.

O Parlamento brasileiro, já foi dito, está completando 190 anos de existência. Suas origens remontam aos tempos do Império, mais precisamente ao dia 3 de maio de 1823, quando teve início a Sessão Solene de Instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, convocada por Dom Pedro I para elaborar a Carta Magna do nosso País, recém liberto de Portugal.

Desde então, o Senado e a Câmara dos Deputados têm estado presentes na vida nacional, acompanhando a evolução e os anseios da sociedade brasileira, às vezes incompreendidos, às vezes valorizados pela opinião pública, mas nunca ausentes.

**Mesmo**<sup>[CD24]</sup> nos tristes tempos em que esteve fechado por governos ditatoriais, o Parlamento estava presente nos corações e nas mentes dos brasileiros que ansiavam a sua volta, porque, sem Parlamento livre e forte, não existe democracia plena.

De fato, se a atuação do Parlamento muitas vezes é motivo de críticas, de denúncias, sua ausência é muito mais catastrófica para a vida política de uma nação



---

porque implica irremediavelmente a ausência do livre debate de ideias, a ausência de questionamentos e de limites à ação dos governantes.

O Parlamento não poderia deixar de ser a caixa de ressonância dos anseios da sociedade. Seu cerne é justamente a representatividade política. Se estamos aqui hoje é porque representamos o eleitorado brasileiro que nos elegeu, democraticamente, por meio do sufrágio universal.

É por isso que nós políticos, Parlamentares, temos o dever inescapável de buscar sintonia com a sociedade, mas sem cair na demagogia, no compromisso fácil e leviano, sem responsabilidade. Hoje, nos tempos da Internet e das redes sociais, essas necessidades se fazem ainda mais presentes. Talvez seja esse o nosso maior desafio nos dias de hoje.

Cientes dessa realidade, tanto a Câmara quanto o Senado têm se modernizado, têm aderido às novas tecnologias, às novas mídias, buscando interagir mais fortemente com a sociedade brasileira. Exemplos disso são os portais de transparência na Internet e as transmissões diárias das sessões realizadas pelos sistemas de comunicação do Congresso Nacional. Por isso talvez sejamos o Parlamento mais aberto e democrático do mundo.

Poucos países do mundo têm a chance e a felicidade de comemorar tal longevidade em seus legislativos. Ademais, nunca é exagero lembrar que o Legislativo brasileiro, ao longo de sua história, nunca foi órgão meramente decorativo, mas desempenhou papel decisivo em inúmeros momentos da nossa vida pública.

Se voltarmos no tempo, veremos que as primeiras décadas do século XIX foram período de extrema turbulência para nós. Desde 1808, com a vinda da família



---

real portuguesa para o Rio de Janeiro, o Brasil adentrara uma nova era. Se esse período se inicia em 1808, muito ainda aconteceria antes que a colônia pudesse se tornar um País independente, unido e forte. **Momento**<sup>[CD25]</sup> decisivo para isso, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, pode ser situado em 1823. Se a independência fora proclamada um ano antes, era chegado, agora, o momento de criação das instituições do novo País. A primeira ação, obviamente, foi a elaboração de uma Constituição. Para tal, foi criada a Assembléia Constituinte, cuja abertura dos trabalhos ocorreu em maio daquele ano.

As expectativas eram grandes. José Bonifácio, o Patriarca da Independência, afirmou, por exemplo, que era chegada a época feliz da regeneração política da Nação brasileira e que deveria todo cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra. Infelizmente, tão grande sonho não se realizou. D. Pedro I fechou a Assembléia e outorgou uma Constituição ao País. Os anos seguintes mostraram, no entanto, quão errado estava D. Pedro I ao fechar, de forma arbitrária, o Legislativo.

Nos anos seguintes, muitas foram as revoltas contra o centralismo exacerbado do monarca. Dentre elas podemos citar: Cabanagem, no Pará; Sabinada, na Bahia; Balaiada, no Maranhão, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Foi graças, em grande parte, aos esforços dos Parlamentares de então que o Brasil conseguiu se manter unido. Colaboram para isso, entre outros, o Visconde de Caravelas, Vergueiro, Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Francisco de Lima e Silva, pai de Duque de Caxias.

No final do século XIX, o Brasil passou por dois outros momentos cruciais. Foram eles: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Nessas duas oportunidades, foi essencial o papel desempenhado pelo Parlamento brasileiro. Em



relação à Abolição, foi pela voz do Senador João Alfredo Correia de Oliveira que foi trazida a público a Lei Áurea. Em relação à República, o Velho Senado Imperial manteve a tranquilidade e colaborou para uma transição pacífica para o novo regime republicano.

A República, Sr. Presidente, trouxe grandes mudanças em nosso País. O Parlamento, da mesma forma, tornou-se outro depois de 15 de novembro de 1889. Como não poderia deixar de ser, sofreu alterações significativas. Os Senadores, por exemplo, deixaram de ser vitalícios e escolhidos pelo Imperador; passaram a ser eleitos para mandatos de 9 anos, àquela época, sendo três representantes para cada Estado, como ainda é hoje.

[CD26]Esses 124 anos decorridos desde a Proclamação da República não foram menos difíceis para o Parlamento e para o povo brasileiro. Tivemos a República Velha, o longo primeiro governo de Getúlio Vargas, os 18 anos de democracia em meados do século, o regime de 1964, a redemocratização em 1985 e, desde essa última data, hiperinflação, o Plano Real e, finalmente, a eleição, neste início de século XXI, de um Presidente oriundo da classe operária.

Não foi pouco. Este longo século republicano se traduziu por momentos de alegria e de decepção na vida política nacional. Inúmeras tempestades se abateram por este País. Se conseguimos sobreviver a elas, foi, novamente, graças à ação do Parlamento em momentos decisivos.

Não podemos deixar de lembrar alguns nomes que, durante a República, se destacaram na vida do Parlamento e do Senado. O primeiro, é claro, é Rui Barbosa. Não é por capricho que ele ocupa o papel de patrono do Senado Federal e seu busto se encontra nesta sala. Rui foi, muito provavelmente, um dos mais brilhantes



homens públicos brasileiros. Defensor da liberdade e da democracia, foi, nesta Casa, voz que sempre se levantou contra o abuso e a arbitrariedade levados a cabo pelos poderosos de seu tempo.

Muitos outros, ainda, tiveram papel de destaque. Milton Campos, grande jurista mineiro, teve a coragem de renunciar ao posto de Ministro da Justiça quando do Ato Institucional nº 2; Carvalho Pinto, Senador eleito em 1966, atacou, corajosamente, a imposição do Ato Institucional nº 5; Daniel Krieger, durante os governos militares, postou-se de maneira equilibrada e independente. Também não poderíamos esquecer os saudosos Franco Montoro e Teotônio Vilela. Enfim, foram muitos os Parlamentares brasileiros que lutaram por suas convicções e que defenderam com coragem, ousadia e destemor o País. Em suas épocas, nem sempre foram inteiramente compreendidos, mas foram, sempre, guerreiros que, no calor da batalha, nunca desistiram da luta.

O Parlamento, portanto, nesses seus 190 anos, foi local onde se travaram os grandes debates nacionais. Mesmo que, muitas vezes, saídas arbitrárias fossem tentadas, a ordem democrática, pautada pela vida legislativa e pelo debate parlamentar, mostrou-se sempre superior. Isso, devo eu dizer, graças à ação de muitos e muitos brasileiros que honraram o Senado, a Câmara dos Deputados e, portanto, o Congresso Nacional e o Brasil, e são exemplos de como as pessoas de bem devem se portar na vida pública.

[CD27]É importante, ressaltar, como foi dito pelo Deputado Alessandro Molon, que o Parlamento brasileiro, não há dúvida, é o poder mais aberto ao povo.

Nós temos nos corredores acesso a todas as pessoas que nos procuram. Aqui no plenário, algumas sessões podem ser assistidas tranquilamente, tanto aqui



como na Câmara. Há facilidade do contato popular, como foi mencionado pelo Deputado que me antecedeu. Fui Constituinte e vi o quanto de fato havia de participação popular intensa pressionando, reclamando, exigindo que muitos direitos fossem colocados na nossa Constituição de 1988.

Quero, portanto, encerrar, agradecendo pela oportunidade e dizer que tenho muito orgulho de ser Parlamentar, de ter sido por duas vezes Deputado Federal, inclusive como Deputado Constituinte, e estar no meu segundo mandato de Senador.

Acho realmente que o Parlamento é a alma da democracia. Evidentemente que tem de haver uma sintonia fina, como manda a Constituição, entre os três Poderes, e esse papel de entendimento está sendo muito bem feito pelo Senador Renan Calheiros e pelo Deputado Henrique Eduardo Alves.

Dessa forma, espero que o nosso Parlamento dê saltos mais rápidos do que deu até aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*) [CD28]



[CD29] **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha, pela Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT-RS. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Exmos. Srs. Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; Exmo. Sr. Ministro da Previdência, Senador da República, Garibaldi Alves Filho; minha saudação ao colega Alessandro Molon, a quem cumprimento pela feliz e oportuna iniciativa de realizarmos esta sessão solene nesta data histórica em que o nosso Parlamento completa 190 anos; minha saudação também às Sras. e aos Srs. Senadores, às Sras. e aos Srs. Deputados, e às autoridades aqui presentes e já referidas.

Sr. Presidente, senhores participantes desta sessão solene, desde 13 de maio de 1823, quando, ainda no Império, instalou-se a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, passaram-se 190 anos de história do Parlamento brasileiro. [CD30] Neste período, vivemos sob a égide de sete Constituições, umas outorgadas, como a primeira, de 1824, outras democraticamente elaboradas, como a última, de 1988.

Quase dois séculos se passaram, ora de autoritarismo, ora de democracia. É o processo social avançando. Pedra por pedra, ao longo de decênios, foi-se construindo o arcabouço do regime democrático que hoje vivenciamos.

Aos homens e mulheres que por aqui passaram ao longo desses 190 anos, o nosso reconhecimento. Especialmente àqueles que, nos períodos mais difíceis, não vergaram a espinha aos ditadores de plantão, as nossas homenagens.



A propósito, ao final do ano passado, como bem lembrou o Presidente Henrique Eduardo Alves, este Parlamento viveu um dos seus momentos mais bonitos: devolvemos, simbolicamente, num ato de reparação, mas, acima de tudo, num ato de justiça, os mandatos aos colegas cassados pela ditadura militar.

Muitos dos cassados eram líderes trabalhistas, a começar por João Goulart, o Presidente deposto.

Não poderia deixar de me referir também a outro grande líder trabalhista perseguido pela ditadura militar, Leonel Brizola, eleito Deputado Federal com expressiva e recorde votação pelo Estado da Guanabara, depois de governar o Rio Grande do Sul de 1959 a 1962.

Estando aqui no Senado, nesta tribuna, lembro, com respeito e veneração, o nosso ideólogo, Alberto Pasqualini, Senador da República pelo Rio Grande do Sul, no período de 1950 a 1956. Ele foi outro grande líder trabalhista que brilhou neste Parlamento.

Lembro ainda, com muita saudade, o mestre Darcy Ribeiro, Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, um verdadeiro símbolo da luta pela causa da educação em nosso País.

Na Câmara dos Deputados, permitam-em que refira aqui os nomes de Ney Ortiz Borges, Floriceno Paixão, Amaury Müller, Nadir Rossetti, Bocayuva Cunha e o cacique Mário Juruna, o primeiro índio representante do povo brasileiro no Parlamento.

Lembro CD31 ainda Matheus Schmidt, Neiva Moreira, Alceu Collares, ex-Governador do meu Estado, e tantos outros que fizeram memoráveis discursos na nossa Câmara dos Deputados e apresentaram importantíssimos projetos, muitos



deles transformados em leis também importantes para o nosso País. Marcaram seus mandatos com dedicação, com competência e sobretudo com fidelidade ao trabalho e ao povo que os elegeu.

Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Senadores, permitam-me, em nome do Partido Democrático Trabalhista, reafirmar a nossa crença e o nosso compromisso com o regime democrático. É oportuno que se faça isso no aniversário do Parlamento, nesta data histórica, exatamente porque parlamento e democracia são indissociáveis. É aqui que se expressa a soberania popular. É aqui que o povo e os Estados estão legitimamente representados. É aqui que se fazem as leis. É aqui o palco dos grandes debates e das grandes decisões. Somos os fiscais, como bem lembrado, da correta aplicação dos recursos públicos pelos Governos. Respeitemos, pois, esta Casa.

Se alguns Parlamentares, infelizmente, não se fazem respeitar, separemos o joio do trigo, mas não deixemos que se corroam os alicerces, os pilares de sustentação da nossa jovem democracia, que é este Parlamento.

Sejamos cidadãos e cidadãs conscientes, criteriosos na hora de escolher os nossos representantes, e certamente teremos um Parlamento à altura de suas altas responsabilidades.

É claro que temos também que fazer a nossa parte. Não podemos, por exemplo, continuar no papel de carimbadores de medidas provisórias, tampouco seguir omissos na apreciação dos vetos do Executivo. A última palavra do processo legislativo, Presidentes Renan e Henrique, é do Parlamento, irrenunciavelmente.



É com satisfação que vejo — e cumprimento V.Exas. — o Congresso Nacional finalmente, antes tarde do que nunca, resgatar suas indelegáveis prerrogativas ao passar a apreciar os vetos presidenciais.

Concluo o meu pronunciamento reafirmando a minha inabalável fé no regime democrático e a minha honra em ser membro do Parlamento brasileiro.

Agradeço<sup>[CD32]</sup> todos os dias ao povo gaúcho a oportunidade de servi-lo como um dos seus representantes na Câmara dos Deputados do Brasil. Continuarei exercendo o meu mandato, até o último dia, com altivez e fidelidade aos meus princípios, procurando honrar as melhores tradições que fazem do Rio Grande do Sul um dos Estados da Federação mais respeitados em nosso País, exatamente pelo grau de consciência política e de respeito aos valores republicanos e democráticos do povo gaúcho.

Viva o Parlamento Brasileiro!

Viva a Democracia!

Muito obrigado (*Palmas.*)<sup>[CD33]</sup>



[CD34] **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Registro com muita satisfação as honrosas presenças entre nós de Embaixadores e autoridades islâmicas.

Cumprimento o Embaixador Ibrahim Alzeben, que representa 54 países da Liga Árabe islâmica, acompanhado do nosso querido amigo Deputado Protógenes Queiroz.

Sejam bem-vindos! Nós estamos comemorando aqui os 190 anos do Parlamento Nacional, e a presença de V.Exas. nos honra muito. (*Palmas.*) [CD35] [CD36]



---

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Protógenes Queiroz.

**O SR. DELEGADO PROTÓGENES** (PCdoB-SP. Pela ordem.) - Sr. Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; Ministros e autoridades presentes.

Faço apenas um registro da importância dos 190 anos do Parlamento brasileiro.

Não por acaso, anteriormente a esta sessão, nós estávamos numa sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Povo Muçulmano, e aqui no Senado Federal temos uma sessão solene para comemorar 190 anos do Parlamento brasileiro. Convergem a história do Brasil e a história do Islamismo no Brasil.

[CD37]Estamos aqui com importantes autoridades, embaixadores. Autoridades de países islâmicos estão aqui representadas na pessoa do Embaixador Ibrahim Alzeben e também do Sheikh Khaled Taky El Din, Presidente do Conselho Superior dos Teólogos e Assuntos Islâmicos do Brasil, acompanhados por importantes xeiques, em especial o Sheikh Jihad, por representante da União Nacional Islâmica no Brasil, pelo Cônsul Honorário Mustapha Abdouni, pelo Advogado da União Islâmica do Brasil, Dr. Adib Abdouni, e também por importantes empresários do cenário nacional, como o empresário Dr. Ahmad Aref, que nos honra com a sua presença, e o nosso querido Ali Taha e o Ahmad.

Sr. Presidente, nós, nordestinos, como V.Exa., que compõe esta Mesa, eminentemente nordestina, convergimos para a importância do islamismo, como o Deputado Eunício Oliveira, do Estado do Ceará, onde temos a importante comunidade islâmica brasileira.



Em cada solo brasileiro, temos a presença islâmica, dada a importância do nosso povo. Com os 190 anos do Parlamento brasileiro, convergem a história do Brasil e a história desse povo. E é por isso que nós estamos aqui, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves.

Eu sou nordestino, baiano. E a Bahia, como disse ainda há pouco o nosso Sheik Jihad, traduzindo, é um bonito Estado brasileiro, assim como Alagoas, Sergipe, Ceará e Pernambuco. São registros da história do Brasil que nos convergem para a importância do povo mulçumano na construção deste Brasil e na construção da história do Parlamento brasileiro, nesses 190 anos de história da República, de luta, de democracia, de cidadania e sobretudo de sabedoria.

Sr. Presidente Renan Calheiros, estamos aqui compartilhando esta data histórica no Senado Federal com todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)<sup>[CD38]</sup>



**O[CD39]** **SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (PT-AC. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Sr. Senador Eunício Oliveira; Sr. Senador e Ministro Garibaldi Alves; Srs. Deputados; Srs. Senadores aqui presentes; autoridades islâmicas; cidadãos brasileiros que acompanham esta solenidade.

Quero, nesta sessão solene que marca os 190 anos do Parlamento brasileiro, representando aqui a bancada do Partido dos Trabalhadores, o que me enche de orgulho, saudar respeitosamente esta instituição democrática e republicana fundamental para o País: o Parlamento brasileiro. Saudamos, desta tribuna, o quase bicentenário do surgimento de nossa democracia representativa.

No último dia 3 de maio, sexta-feira, o Poder Legislativo no Brasil completou 190 anos de existência.

Foi exatamente às 12h30min do dia 3 de maio de 1823 que teve início a sessão solene de Instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Foi em 3 de maio, sob a Presidência do Imperador Dom Pedro I que os trabalhos foram inaugurados.

Porém, nossa história parlamentar começou com sobressaltos. Divergências entre os Parlamentares e Dom Pedro levaram à dissolução da Assembleia, ainda em 1823, e à nomeação de um Conselho de Estado, que deveria auxiliar o Rei a elaborar aquela que seria a primeira e mais duradoura constituição do Brasil: a Constituição de 1824.



Foi a Constituição de 1824 que não só organizou o País como criou as condições para a convocação das eleições para a Câmara e o Senado.

Naquele ano de 1823, a Assembleia Constituinte foi dissolvida, na madrugada do dia 12 de novembro, mas essa não seria a única vez em que o Parlamento seria fechado.

Ao longo de 190 anos, o Parlamento Brasileiro foi fechado em 15 oportunidades. O período mais longo de ausência de vida parlamentar foi no Estado Novo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945. Com o Estado Novo, o Legislativo deixou de existir.

O último fechamento ocorreu em 1977, quando o Governo militar impôs o Pacote de Abril, que, entre outras decisões, criou a figura do Senador biônico, eleito indiretamente. Naquela ocasião, Câmara e Senado ficaram fechados por 15 dias.

Hoje, o Congresso Nacional é formado por 513 Deputados Federais e 81 Senadores, representando os 26 Estados, mais o Distrito Federal. No Senado, todos os Estados têm três representantes — cada Unidade da Federação é representada por três Senadores.

Nesta ocasião, eu gostaria de saudar também o Senado Federal, que comemorou 187 anos na segunda-feira, dia 6 de maio. Fundado 3 anos após a Assembleia Constituinte, já sob as regras da Constituição de 1824, o Senado tinha cargos vitalícios e com representação proporcional à população de cada Estado. Desde a Constituição de 1891, a primeira republicana, os Estados têm direito a um mesmo número de Senadores: três cada um.

Srs. Senadores, senhores convidados para esta solenidade, temos neste Senado uma instituição que mudou o Brasil ao longo dos anos, com a discussão,



---

com o debate, com a resolução de contenciosos e com soluções para processos políticos e sociais marcantes, que vão desde a Lei Áurea à criação da política externa brasileira. Podemos citar aqui um exemplo, referido pelo Senador Renan Calheiros, qual seja a recente aprovação da PEC das Domésticas, hoje Lei das Domésticas, a Emenda Constitucional nº 72, que é uma prova da preocupação do Parlamento brasileiro com aqueles que mais precisam, com aqueles que menos têm.

Temos no espírito público dos Parlamentares do Senado e da Câmara os guardiões da liberdade para construirmos um País mais justo e solidário.

E temos aqui, no Congresso, os mais importantes debates políticos da história. O[CD41] Congresso é uma instituição coletiva, com grande poder de transformação e que reflete as escolhas do eleitor brasileiro, cuja participação é cada vez mais atuante na consolidação da democracia.

E dito isso, é fundamental reafirmarmos a importância do Parlamento brasileiro para a democracia brasileira. No Parlamento está o povo representado, está representado o Brasil com todas as suas diferenças, com todas as suas peculiaridades. E a representação brasileira no Congresso Nacional é a própria fotografia da diferenciação que existe no Brasil, seja regional, ética ou social. Todas elas estão representadas no Parlamento brasileiro.

Por seus méritos e por sua história, o Parlamento brasileiro merece respeito e reconhecimento. Deve, portanto, ter firmeza para defender, a qualquer tempo, a representação de sua soberania popular e a legitimidade de suas atribuições próprias, sem interferências externas. Devemos persistir na busca do equilíbrio, independência e harmonia na relação com os demais Poderes da República.



Apenas um Legislativo liberto de qualquer movimento prematuro de interferência ou controle externo poderá, efetivamente, exercer sua legítima e democrática função de discutir, aprovar ou rejeitar proposições. Esse é o Parlamento que temos e aquele que queremos manter independente e altaneiro, fazendo proposições em defesa do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Agradecemos a V.Exa.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Eu tenho a honra de conceder a palavra ao último orador inscrito, Deputado Paes Landim.

Com a palavra V.Exa., Deputado Paes Landim.

**O SR. PAES LANDIM** (PTB-PI. Com revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente do Senado da República Federal, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves; Sr. Ministro da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves; Srs. Senadores aqui presentes; Sr. Deputados e demais autoridades, apenas para caracterizar a simbologia do momento em que se fundou o Parlamento do Brasil: 3 de maio de 1823. Nesse dia, o Imperador também iniciou aquilo que se consumou a fazer no Império, a chamada “Fala do Trono”, ou seja, o Imperador, em cada sessão legislativa, comparecia pessoalmente e falava dos problemas ligados ao Império.

Essa foi uma tradição interessante, Sr. Presidente. Carlos Maximiliano, grande comentarista da Constituição de 1891, Deputado, Ministro da Justiça no Governo Venceslau Brás, Ministro da Suprema Corte, lamentou muito que esse ritual da “Fala ao Trono” do Imperador do Brasil desaparecesse na República, isso porque, no Brasil, o Presidente da República não comparece ao Congresso para fazer o retrato do estado da União. Por sua vez, o Imperador, desde o primeiro momento que instalou o Parlamento do Brasil, comparecia no início de cada Sessão Legislativa, caro Senador Renan Calheiros, para dizer do estado do Império. Essa tradição acabou na República. Quer dizer, ele vinha, pessoalmente, fazia a sua fala, se retirava e, depois os Parlamentares da oposição a Sua Majestade e líderes ligados ao Governo iriam discutir o que havia sido relatado por ele.



A Constituinte de 1823, convocada pelo Imperador, teve como destaque os irmãos Andradas. O grande escritor e pensador Octávio Tarquínio de Sousa chamava de Trindade Andradina — José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos de Andrade, as suas figuras luminosas.

Eles foram realmente os grandes líderes da Constituinte, verdadeiros liberais. O liberalismo à moda inglesa era como eles pensavam o Parlamento. Isso, de certa maneira, foi um desconforto ao Imperador, que não aceitava os limites ao seu poder. O projeto da Constituinte esboçado por Antônio Carlos, o seu mentor intelectual, provocou a dissolução da Constituinte em novembro de 1823. O Imperador jovem, ardoroso, impetuoso, 25 anos de idade, convocou uma Assembleia Legislativa, outorgando em 1824 a Constituição do Império do Brasil, em que foi aproveitado parte do projeto de Antônio Carlos e das ideias de Martim Francisco. A Carta Outorgada introduziu a figura do Poder Moderador, que os irmãos Andradas se recusavam a colocar na Constituinte de 1823.

Para encerrar, Sr. Presidente, todos já falaram aqui da importância do Parlamento. O nosso Parlamento tem que ser cada vez mais revitalizado, destacando o papel do Senado Federal como revisor por excelência do Parlamento bicameral de uma República Federativa.

Sr. Presidente, quando se discutiu na Convenção da Filadélfia, em 4 de setembro de 1787, a Constituição norte-americana, quando veio à baila a criação do Senado, o grande James Madison fez um discurso célebre, dizendo que: *“Se Atenas tivesse o Senado, a democracia ateniense provavelmente não teria desaparecido”*.

Por quê? Porque todas as decisões de Atenas, o grande berço da democracia da Antiguidade, eram submetidas a uma assembleia do povo em geral,



chamada Eclésia, com a participação de todos os cidadãos considerados livres. Ocorre que essas decisões eram tomadas na emoção, nas paixões populares e não eram revisadas.

Portanto, Sr. Presidente, acho que a nossa grande reflexão neste momento é saber que precisamos reforçar cada vez mais o papel revisor do Senado. Esse é o papel por excelência do Senado da República. Toda vez que esse papel enfraquece, há sempre uma espécie de confusão na instituição parlamentar e até na elaboração do processo legislativo.

Quero parabenizar V.Exa., Presidente Renan Calheiros, e o Deputado Henrique Eduardo Alves, por esta iniciativa, ambos jovens líderes políticos que têm se mantido sempre, ao longo da trajetória política, com um espírito de independência, que tem que ser próprio de todo Parlamentar.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - O Deputado Roberto Freire e os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eunício Oliveira encaminharam discursos para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno do Senado, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

Serão S.Exas. atendidos.



**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é comum ouvir-se que o Brasil ficou independente antes de criar um povo. É, por certo, expressão de que se valem da História não para analisá-la e nos ajudar a entendê-la, mas, simplesmente, para retirar de determinados acontecimentos frases de efeito facilmente publicáveis e até mesmo inteligíveis. Não têm, contudo, raízes na realidade e, por isso mesmo, distorcem essa realidade.

Ouvimos ainda dizer que, décadas depois da independência, o povo teria assistido atônito à proclamação da República. E estamos diante do mesmo erro.

Erro, sim, porque, antes de mais nada, se tenta excluir o povo exatamente do processo histórico, de um processo que o próprio povo constrói e leva adiante com o nome de Nação.

Sim, não é fácil jogar fora, num grito de independência, os séculos de colonização que impediam coubesse ao povo, nessa região, decidir de seu destino. Éramos como que uma exploração comercial cujas decisões essenciais eram adotadas pelos donos do empreendimento.

Mas, ao que vemos, se esquecem de que isso foi feito por um contingente humano que, pouco a pouco, se foi chamando de povo brasileiro, o povo que se foi identificando — como, aliás, o fazem todos os povos — com os princípios de liberdade individual e pública de que toda Nação necessita para existir.

Assim, e diferentemente do que nos queria fazer crer a historiografia que chamaremos de oficial, não foi o Príncipe Regente quem nos declarou livres: foi o povo que o obrigou a cortar os laços, já tênues, de si, que nos atrelavam a Portugal.

E, isso feito, passou-se a construir, passo a passo, a organização de nossas



relações de convivência social e de trabalho, a estrutura do poder político, aqui entendido como aquele poder que, vindo povo, em seu nome há de ser exercido.

E isso tudo se conseguiu, fossem quais fossem as dificuldades, os tropeços encontrados e vencidos, com a ação do Parlamento Brasileiro. E isso não se faz, talvez fosse desnecessário dizer, com uma varinha de condão ou um “abre-te sésamo”, mas com a ação continuada de tentar entender os anseios do povo e transformá-los em decisões legislativas.

Em suma, isso se faz com o tempo. País independente, tínhamos, sim, um povo. O que se fazia necessário era deixá-lo construir sua identidade, fazê-lo sentir, lentamente ou não, que já poderia se dizer uma nação.

E isso se há de fazer com o tempo, sendo, como o é, uma obra em aberto, a ser definida e redefinida com o tempo, até que a aproximemos do ideal. Podemos citar nosso Mário de Andrade. Sua obra mais célebre, o Macunaíma, é, sem qualquer favor, a melhor análise de uma nação que se ia formando. Ainda não tínhamos um caráter, aquilo que define o posicionamento nacional, por isso o grande escritor chamou seu personagem de um herói sem caráter. Seja, sem uma característica, mas, não, sem valor, como se tem pretendido decifrar a expressão do escritor paulista. Em outras palavras, um povo, o brasileiro, sem precisas linhas de definição.

E tudo isso, com pertinência e, por vezes, com heroísmo, o Parlamento brasileiro soube trazer para esta Casa e, sobretudo, agir no atendimento do que era reclamado, do que era e é reclamado pelo povo que nos elegeu. O Brasil tem, sim, um povo. Porque o Brasil tem um Parlamento.

Muito obrigado.



---

**O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES** (PSB-SE. Sem apanhamento taquigráfico.) - O Parlamento brasileiro celebra, nesta sessão solene, os 190 anos de sua criação. Nesses quase 2 séculos de história, de muitas venturas e desventuras, avanços e retrocessos, acredito firmemente que o saldo é positivo. O Congresso Nacional está cada vez mais presente na vida dos homens e mulheres do Brasil, consolidando seu papel de pilar da democracia brasileira.

O Parlamento brasileiro nasceu no dia 3 de maio de 1823, na ocasião da sessão solene de instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Estava criada a Câmara dos Deputados, hoje conhecida como a Casa do Povo. Um ano depois, em 1824, era criado o Senado do Império, instalado efetivamente em 1826, hoje conhecido como a Casa da Federação.

De 1823 até os dias de hoje, o Parlamento brasileiro viveu dias gloriosos, outros nem tanto. Fechado diversas vezes por atos arbitrários, nunca deixou de resistir, sempre apoiado nos clamores e na luta de nosso bravo povo. Certamente, foi o Ato Institucional nº 5, de triste memória, o golpe mais duro. Mas o Congresso ressurgiu e continuou sendo palco de debates e de discursos corajosos.

No outro extremo, impossível deixar de destacar a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou na promulgação da Carta de 1988, a Constituição Cidadã. Ainda abertas as feridas da ditadura, o Congresso Nacional soube entregar ao Brasil uma das Constituições mais democráticas já vistas no mundo, com forte cunho social, que contribuiu e ainda contribui para pacificar a Nação e para promover o desenvolvimento do País.

Ao lembrar a Assembleia Nacional Constituinte, faço uma homenagem a seu principal expoente, o Doutor Ulysses Guimarães!



De 1988 para cá, muitos foram os avanços, muitas as boas propostas aprovadas pelo Parlamento brasileiro, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto do Desarmamento, Fundo de Combate à Pobreza, PEC das Domésticas, entre tantas outras iniciativas que visam a concretização do bem-estar social da população brasileira.

Muito já avançamos, mais ainda temos muito que fazer! Temos de avançar na reforma tributária, de modo a promover uma repartição mais justa da arrecadação, penalizando menos os Estados e Municípios, quase todos em situação periclitante. Precisamos enfrentar a questão da reforma política, instrumento vital para aperfeiçoar a democracia brasileira, tornando o poder mais próximo de seu verdadeiro dono, o povo brasileiro.

Precisamos, enfim, melhorar os mecanismos internos, lubrificar as engrenagens do Congresso Nacional, de forma a acelerar o trâmite das proposições legislativas e a aperfeiçoar o papel fiscalizador do Parlamento, tão ou mais importante do que o papel de legislar.

Comemorar os 190 anos do Parlamento não é privilégio nosso, que temos a honra de integrá-lo. É, na verdade, uma grande festa de nossa democracia, compartilhada entre todos os brasileiros e brasileiras, independentemente de raça, sexo ou condição social!

Comemorar os 190 anos do nosso Parlamento é celebrar a liberdade, é dizer, com o peito cheio de orgulho: ditadura, nunca mais!

Muito obrigado.



**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB-CE. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, precisamente às 12h30min do dia 3 de maio de 1823, convocada por D. Pedro I em 1822, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa inaugurou seus trabalhos, tendo como convidado especial o próprio Imperador, que ao discursar reafirmou o que havia dito na sua cerimônia de coroação: que defenderia, com sua espada, *“a Pátria, a Nação e a Constituição”*, se esta fosse digna do Brasil e de seu monarca.

D. Pedro I não chegou a desembainhar a espada, mas faltou pouco: o anteprojeto constitucional, elaborado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio de Andrada, desagradou D. Pedro I, pois estabelecia claramente a divisão entre os três Poderes, limitando a atuação do Executivo, exercido pelo Imperador.

As divergências entre o Imperador e os Constituintes se aprofundaram, culminando na dissolução da Assembleia, sob o cerco de canhões, pouco mais de 6 meses após sua instalação. A esse episódio, conhecido como a Noite da Agonia, seguiram-se a prisão e o banimento de vários políticos brasileiros, entre eles, os irmãos Andrada.

E, 190 anos depois, é mais do que oportuno lembrar esses episódios, para assinalar como sempre foi difícil, delicado e conflitante achar o equilíbrio, a harmonia entre os Poderes republicanos. Diria, inclusive, que esse é um trabalho permanente.

Ao longo de sua história, que hoje celebramos, o Congresso Nacional foi fechado em pelo menos sete oportunidades, em virtude de mudanças de regime ou porque ousou se erguer contra a repressão e a ditadura.

O Poder Legislativo, no entanto, jamais faltou à Nação brasileira, pois sempre



buscou responder ao clamor da sociedade, guiado pela vontade popular, atento aos ecos das reivindicações das ruas, como diria mais tarde Ulysses Guimarães.

Na nossa história recente, Ulysses personificou o Parlamento com seu entusiasmo pelas funções legislativas, indelevelmente marcadas pelo que ele representou na promulgação da Constituição Federal de 1988.

De 1823 aos dias atuais, vivenciamos profundas evoluções institucionais em nosso País. A Constituição de 1824, por exemplo, exigia a comprovação de renda anual de pelo menos 100 mil reis para o exercício do direito do voto e de 400 e 800 mil reis para candidatos a Deputado e a Senador, respectivamente.

A de 1891, embora tenha abolido o voto censitário, manteve excluídos os analfabetos, as mulheres e os mendigos. As mulheres só conquistaram o direito de voto em 1932 e os analfabetos, somente em 1985.

Contudo, a noção de Parlamento moderno nem de longe está limitada à universalização do voto. Vivemos o tempo em que o Congresso Nacional está permanentemente instado a mudar na mesma velocidade da sociedade que representa.

Não se trata de alterar apenas procedimentos formais, mas de se ajustar, por exemplo, à linguagem e às formas de comunicação que as novas mídias e tecnologias propiciam. Cuida ainda de responder aos anseios por maior participação social, acesso à informação e transparência.

Em realidade, a questão que se impõe às Casas Legislativas, no Brasil e no mundo, é fazer com que a sociedade se reconheça no Parlamento, tanto na sua composição quanto na sua metodologia de trabalho.

Não tenho dúvida de que o Parlamento brasileiro encontra-se preparado para



responder a esses desafios. Muitos progressos foram feitos nos últimos anos, e vivemos um período de grande efervescência.

A realização frequente de audiências públicas tem incrementado a participação dos cidadãos no processo legislativo, que pode, todo ele, ser acompanhado eletronicamente por intermédio dos vários meios de comunicação tanto da Câmara quanto do Senado.

Por outro lado, as funções tradicionais do Parlamento de fiscalizar o Poder Executivo, de elaborar as leis e o Orçamento, desempenhando seu papel no sistema de reios e contrapesos, precisam ser realçadas, para que esta Casa exerça, na plenitude, seu mandato constitucional.

Não podemos perder a capacidade do diálogo e da solução interna das naturais divergências políticas que constituem a própria essência da democracia.

Dezenove décadas nos separam do momento histórico em que, após mais de 300 anos de colonização, o Brasil reuniu uma Assembleia de representantes eleitos e iniciou seu processo de emancipação política. Creio que todos nós, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, temos a imensa responsabilidade de continuar honrando a tradição do Congresso Nacional, por meio do exercício pleno dos mandatos que nos foram confiados pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Antes de encerrar a sessão, a Presidência agradece às autoridades e a todos que nos honraram com suas presenças.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos.)*